

Lobby quer acabar com a justiça do Trabalho

O ministro Arnaldo Sussekind também questiona a legitimidade do atual Congresso Nacional para proceder a revisão constitucional na amplitude em que está sendo proposta. A preocupação do ministro se deve à existência, conforme relatou aos cerca de 700 dirigentes sindicais que participaram do 2º Congresso dos Comerciários, de um **lobby** para reduzir os direitos dos trabalhadores assegurados na Constituição de 1988.

O ministro revelou que os objetivos desse **lobby** vão mais além: "Pregam até mesmo o fim da Justiça do Trabalho". O argumento básico dos integrantes desse grupo de pressão, segundo Sussekind, é de que nos Estados Unidos não existe Justiça do Trabalho. O ministro contou que teve oportunidade de constatar isso pessoalmente num seminário ocorrido na Bahia, do qual participou, como convidado, sem saber com antecedência quais eram os reais objetivos de tal encontro.

Pelo sistema norteamericano, defendido no seminário da Bahia, as questões de natureza trabalhista são discutidas diretamente entre empregado e patrão. Quando isso não resolve, é formada uma comissão, que inclui um delegado sindical como mediador. Se isso ainda não bastar, a justiça comum é acionada para decidir a questão.

Quem defende tal modelo, na opinião de Sussekind, é porque não conhece a realidade brasileira. No Brasil, a presença da Justiça do Trabalho é necessária, sobretudo, porque há regiões em que a estrutura sindical é deficitária e os trabalhadores precisam de proteção do órgão oficial do Estado. Principalmente, frisa o ministro, naquelas regiões onde predominam o que chama de "sindicatos amarelos", que só fazem o jogo dos empregadores.